



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29/08/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom dia a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 22ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal.

Esta audiência tratará da região de Perus.

– Apresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra o Sr. João Edson de Santis.

O SR. JOÃO EDSON DE SANTIS – Bom dia a todos. Muitos me conhecem, porque trabalho no setor da fiscalização da Subprefeitura de Perus.

Não sou morador do Município de São Paulo, mas como fiscal atuante, durante onze anos na Subprefeitura, eu acho que tenho qualidade e responsabilidade principalmente pela preservação ambiental de toda essa área que ainda existe, dentro de Perus. Os moradores desta região podem-se considerar privilegiados por ter uma área verde tão densa e ainda imexível.

O Município de São Paulo tem 1.523km², sendo que 56,8 pertencem à Subprefeitura de Perus. Dessa área, grande parte ainda pertence à zona rural e é livre de construções, ou seja, são passíveis de novas ocupações, cabendo a nós da fiscalização o dever de monitorar essas áreas para evitar o parcelamento irregular do solo. Como comprovação dessa observação, podemos verificar os dados demográficos da região.

Apresentarei os dados de 2012. O Distrito de Perus possui densidade demográfica de 35,5 habitantes por quilômetro e o Distrito Anhanguera tem 16 habitantes por quilômetro quadrado.

Não vou generalizar os fatos, mas no caso dos loteamentos irregulares, quando eles são vendidos, os loteadores autorizam os adquirentes a iniciar as construções completamente em desacordo com o estipulado na legislação edilícia. Os adquirentes por ingenuidade, por falta de conhecimento ou mesmo por interesse próprio, não procuram a Subprefeitura para colher as informações e preferem acreditar nos vendedores, sendo que muitos os enganam. Quando as construções se iniciam, é necessário que a fiscalização da Subprefeitura, que hoje se resume a cinco fiscais, também comece a ação fiscal de forma individual para cada obra. Isso é o que diz a Lei de Zoneamento.

Essa situação é crítica, pois seria preciso grande número de fiscais para realizar todas as ações necessárias, haja vista a grande quantidade de loteamentos já implantados na região e grande parte deles em áreas de risco e em áreas de ZEPAM.

Atualmente há oito loteamentos irregulares e vinte em regularização, – esses dados são de 2012 –, numa área aproximada de 2,766 milhões de m², com cerca de 8.180 lotes, conforme dados de 2012. Esses dados deveriam ser atualizados, mas ainda não tive tempo.

Caso alguém construa sem autorização municipal, há a possibilidade da regularização da edificação, mas para isso, o interessado deve entrar com pedido específico na Prefeitura e a construção precisa atender aos parâmetros exigidos no Código de Obras.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Gostaria que o senhor protocolasse esse documento, pois esses dados são muito importantes. Parabéns. Nas audiências públicas é importante as presenças do Sr. Subprefeito, dos Fiscais, dos Engenheiros e Arquitetos, porque essa lei será o instrumento de trabalho deles. Em algumas audiências o Subprefeito não tem aparecido. Então, qual a responsabilidade de S.Exa., na Lei de Zoneamento? Não sei.

Tem a palavra o Sr. Gilvan Ramos, da Associação dos Moradores Sítio Itaberaba.

O SR. GILVAN RAMOS – Bom dia a todos. Sou Coordenador da Associação Itaberaba 1. Existe o Itaberaba 1 e o 2. Achei interessante a fala do Sr. João Edson, mas queria dar uma resposta ao Fiscal da Subprefeitura de Perus. Todos esses loteamentos irregulares são justamente devido à ausência do Poder Público no sentido de não ter políticas habitacionais, pois ninguém mora em loteamento irregular porque quer. As pessoas queriam, sim, morar num loteamento que tivesse já os equipamentos comunitários e o saneamento básico resolvido.

Só para responder isso, vejam, não estou querendo criar um atrito, mas devido à ausência da política habitacional – de não existir essa política na região –, e a moça colocou bem essa coisa do Plano Diretor, mas não existe uma reserva lá no Morro Doce para remover uma favela devido ao sinistro que aconteceu, ou seja, desbarrancou devido à chuva acima do normal. Enfim, tudo isso vai acarretando mais problemas lá na frente.

Por isso, estou vindo aqui para pedir a correção e para que seja feita uma revisão no nosso loteamento, pois duas ruas do Itaberaba 1 ficaram de fora. Deveriam estar lá as ZEIs, mas não sei quem é o técnico, se eles vão lá andando, ou se vão de sandália, ou ainda se passam de helicóptero e, daí, vêem um eucalipto, uma propriedade, colocam ZEPAM sem critério nenhum, não conversa com o proprietário.

Isso vai gerar, no futuro, um conflito, pois entendo o seguinte: todo mundo quer respeitar o zoneamento. Nós respeitamos as matas, as áreas verdes, mas não existe uma comissão técnica para orientar o que se pode fazer nas áreas verdes para que fiquem mais fortes e sejam preservadas.

Agora mesmo vai começar a época da estiagem, e é queimada para tudo que é lado. E isso porque a Secretaria do Meio Ambiente só vai lá para multar. Nunca vi a Secretaria fazer parceria com os donos de propriedades e combinarem: “Aqui tem de ter uma plantação da espécie da Mata Atlântica”. Eucalipto eu até desconsidero, porque é uma praga que acaba

com a fauna e com os pássaros. Na verdade, ele causa mais prejuízo à natureza do que traz benefícios. Afinal, o eucalipto consome 500 litros de água por dia, puxa raio e, muitas vezes, com as tempestades, ele cai em cima das casas das pessoas. Portanto, o eucalipto deveria ser uma espécie para ser plantada na Melhoramentos para, depois, tornar-se celulose, pallets, tudo isso aí. Estava na hora de fazer plantação da verdadeira mata que existiu no Brasil, que é a Mata Atlântica. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Parabéns. Muito obrigado. Próximo orador Sr. Paulo Rodrigues dos Santos, do jornal *Cultural*.

O SR. PAULO RODRIGUES DOS SANTOS – Cumprimento todos do auditório, na lembrança das pessoas antigas, dos queixadas que fizeram história nesse bairro na luta contra os Abdalla e contra a injustiça dos anos 50 e 60.

Estamos tendo, hoje, uma vitória importante que é a questão da fábrica de cimento, que está vindo para o Município, num acordo com os donos. E isso é importante.

Quero aproveitar para dizer que nós precisamos – como a Patrícia colocou – estar atentos, pois temos, na região, 40% de zona de Preservação Ambiental, de ZEPAM. Precisamos preservar, sim, ampliar os empregos. Não podemos ficar com os empregos iguais aos anos 40.

Estou com uma planta que comprei da Emplasa, também estou com um livro que comprei lá, e esse mapa mostra a indústria dos anos 40 em São Paulo. Incrível é que eles se esqueceram de colocar Perus no mapa, pois era onde tinha a indústria de cimento. Então estamos sempre fora do mapa. Mas nós temos de entrar no mapa do emprego, no mapa da cidadania, nós temos de fazer as coisas acontecerem.

O pessoal do Areião está aqui. E nós temos de ter lá indústria, temos de ter uma zona mista e ainda preservar o que tem lá hoje. Então temos de saber fazer isso, buscando o equilíbrio, pois o equilíbrio parece um chavão, mas não é. Se você tiver só ZEPAM, mas não buscar soluções para os problemas relacionados, como as pessoas vão morar, como vão fazer

infraestrutura etc., acabam ocorrendo as invasões, como o Gilvan colocou aqui.

Então precisamos de equilíbrio, precisamos buscar um grande acordo, algo que possamos gerar empregos. Lembrando que o emprego, na Cidade de São Paulo, está mais ou menos na faixa de 1,2. Aliás, temos seis vezes menos empregos do que a média da Cidade. Para chegarmos à média da Cidade, precisamos criar seis vezes mais empregos. Estamos aqui em um grande desafio. Temos de apoiar sim, temos as rodovias que passam por aqui. A Anhanguera, Bandeirantes, o Rodoanel, e temos de aproveitar isso. Cajamar está aproveitando isso. Cajamar está se industrializando. Cajamar está fazendo a logística, Cajamar está fazendo emprego e nós vamos fazer o quê gente? Vamos ficar de braços cruzados. Amanhã vou à rua, o comerciante vai vir me perguntar sobre a questão do comércio. Não estou vendo nenhum comerciante aqui, ou quase nenhum. Estamos aqui discutindo essas questões. Temos de sair, levantar do banco, não ficar só no Face, tem muita gente que é leão de Face. No Face é um leão, depois vira um gatinho. Temos de saber buscar as coisas, buscar um grande acordo. Publicamos um mapa ali, que busca um consenso, ainda vamos fazer algumas alterações, tudo no consenso. Vamos buscar o consenso. Vamos fazer como nossos antepassados, os queixadas faziam: se juntar para enfrentar essa questão e para buscar solução.

Patrícia, também ocorreram alguns erros de colocação. A Vila Fanton, por exemplo, hoje é zona mista. Hoje ela está aí no mapa como Zona ZEIS de regularização. É uma região bem regularizada, precisamos buscar essas coisas que tenho certeza, de que foram pequenos erros. Temos de buscar isso. São Paulo pode muito, estamos falando de uma Metrópole, que já foi a locomotiva do Brasil. Tem de voltar a ser a locomotiva do Brasil. Perus, pode mais! São Paulo, pode mais!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Deusdete Gregório.

O SR. DEUSDETE GREGÓRIO – Bom dia a todos! Gostaria de lembrar o que o fiscal falou. Quando fazem esses loteamentos não tem nenhuma autoridade para fiscalizar, para a população não ser enganada, eu mesmo fui enganado como muitos vizinhos, também.

Todos foram enganados pelos loteamentos, os caras vão, loteiam, vendem e não falam o que está acontecendo, todos os bairros por onde anda, tem as plaquinhas nos postes, que está dizendo que tem água, luz, asfalto, você vai lá e compra, e depois fica sabendo que não tem nada e fomos enganados. No bairro em que moramos, na estrada de Pirapora no Jardim das Palmeiras, é preciso melhorar o quesito Segurança. Está acontecendo muito assalto. Se você usa o celular, mesmo na frente de casa, os caras chegam, levam o celular, sem mais, sem menos. Até quando vamos ficar nessa situação? Tem de haver mais fiscalização com viaturas, Guarda Municipal, Polícia Militar, pelo menos uma vez por dia, passar uma viatura por lá. Não pode. Já aconteceu assalto com dois vizinhos. Enquanto levam o celular, está tudo bem, e no dia em que levar a vida de um pai de família, como fica? Estamos lutando também por água, luz, asfalto e iluminação nas ruas que está tudo escuro. A Segurança no bairro está muito precária. Colocar banheiro no terminal britânico, em que os passageiros quando chegam para embarcar não tem banheiro, tem de ficar usando banheiro dos bares. Melhorar a faixa que colocaram bem próximo ao posto de gasolina ao terminal britânico, o pessoal para, a gente vem com o carro, aí o pedestre não sabe se passa ou se o motorista passa, não tem faixa, só está escrito "Pare". O que acontece? Mandar embora o fiscal, ou o engenheiro que fez aquele negócio lá. Pode ir lá. Está lá. Onde está a faixa.

Muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar a presença do nobre Vereador Eliseu Gabriel. Com a palavra o Sr. Euler Sandovile Júnior.

O SR. EULER SANDOVILE JÚNIOR – Bom dia, sou professor da Faculdade de Arquitetura e da Ciência Ambiental, da USP, temos desenvolvido na região de Perus um projeto, chamado Universidade Livre e Colaborativa, onde construímos conhecimentos sobre a região de Perus, Anhanguera e Jaraguá, aberto, junto com a participação da população. Isso gerou, no Plano Diretor, um instrumento inovador chamado Território de Interesse da Cultura e da Paisagem.

Já temos falado muito aqui, mas vou tentar neste tempo elencar uma série de coisas que precisam ser revistas no Plano. Essencialmente, temos demandas de curto prazo, indispensáveis para a nossa existência, mas temos que pensar também na superação dessas condições, que é um trabalho de longo prazo. Daí a educação, a cultura e a questão ambiental se tornam prioritárias para serem pensadas também em longo prazo.

Nós protocolamos dois documentos técnicos desenvolvidos junto com moradores, temos reuniões com outros moradores também e estamos pedindo a delimitação do território, já reconhecido no Plano Diretor, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, que a delimitação da terra indígena já reconhecida no Plano Diretor e já homologada pelo Ministro, na Lei de Uso e Ocupação do Solo; o reconhecimento do Parque A Luta dos Queixadas, que também consta no Plano diretor e foi retirado da Lei de Uso e Ocupação do Solo; a correção da matriz ambiental nessa Lei que tem equívocos, precisa ser corrigidos do ponto de vista dos rios e dos fragmentos de vegetação.

Na Lei há equívocos que chamamos de refinamentos. São erros que os *layers* do Plano Diretor e da Lei não estão batendo, como é uma lei, isso não pode acontecer.

Há também a questão de terem sido limitadas as ZEPECs e reconhecer as questões da fragilidade do subsolo. A região aqui tem uma fragilidade no subsolo já estudada e que não está sendo reconhecida. Isso pode dar problema como o que já aconteceu, por exemplo, em Cajamar.

Nas zonas de desenvolvimento, há equívocos na demarcação, que estão em contradição com os parâmetros ambientais, mas defendemos, aliás, posso dizer que a inclusão no Plano Diretor do Eixo de Desenvolvimento Industrial se decorre de ações que a Universidade Livre e o Vereador Police fizeram para que isso fosse reconhecido.

No entanto, como está na Lei de Uso e Ocupação do Solo é danoso para vocês, porque pode vir até uma indústria pesada, química, poluente e isso tem de ser regulado de acordo com o entorno habitacional, onde vocês moram, e com as questões ambientais que são

bastante importantes e que tem expressão na Cidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu que agradeço.

Vamos mesclar um pouco, gostaria de ouvir a palavra do Professor Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Inaudível.

– Gravação incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, nobre Vereador.

O próximo orador é o Sr. Mário Sérgio Bortoto, do Movimento Fábrica de Cimento.

O SR. MÁRIO SÉRGIO BORTOTO – Bom dia. Antes da minha fala, queria fazer um convite para todos que estão aqui e para o bairro Perus/Anhanguera. Hoje à tarde, vamos realizar uma aula pública sobre zoneamento na Praça Inácia Dias, a partir das 14h.

Quem quiser conhecer um pouco melhor as propostas de zoneamento que estão nesse PL esteja lá, porque nós vamos apresentar essa aula pública.

Em segundo lugar, eu pediria ao Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, uma reunião técnica com SMDU e os representantes da Câmara porque, em três minutos, não é possível falar tudo o que há para falar sobre as modificações que precisam ser feitas e discutidas na proposta de zoneamento para o bairro. É importante que consigamos uma reunião técnica.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tranquilo.

O SR. MÁRIO SÉRGIO BORTOTO – Obrigado.

Quero falar um pouquinho sobre o futuro terminal de ônibus da Anhanguera. Ainda não está construído, mas está no planejamento. Lá, o terreno é bastante grande, porém está como zona Mista Ambiental. Então, eu queria saber se é possível mudar e tirar esse ambiental. Não que eu seja contra a questão ambiental, mas já é um bairro formado, urbanizado, que a gente estude isso, para que possa haver o terminal de ônibus lá, mas que não engesse, também, as

coisas que já estão previstas e que já existem naquela região.

Quero reforçar o pedido de ZPI, zona industrial, na região, porque no Plano Diretor de 2002 já foram contempladas algumas coisas na Anhanguera, mas achamos que é muito pouco. É preciso trazer mais empregos, para gerar renda no bairro e para o nosso desenvolvimento, lógico, com os devidos cuidados ambientais.

O Euler já falou sobre o interesse do território de cultura e da paisagem.

Nós estamos apresentando uma proposta com vários equipamentos importantes de patrimônio, cultura e meio ambiente. Então, nós queremos preservar, e que a Prefeitura regularize o território.

Sobre a fábrica de cimento, é preciso tomar um cuidado porque existe uma ZEIS mista muito próxima da fábrica. Nós concordamos, mas tem que ser visto para ter um amortecimento, para, quando transformarmos a fábrica de cimento num centro de cultura e memória do trabalhador, que seja preservado com condições ambientais, e o Parque A Luta dos Queixadas.

Uma pergunta: no Plano Diretor que foi aprovado, existia o Parque Rodoanel Mario Covas. Ele sumiu do mapa, e a gente gostaria de saber: por que ele não está presente no mapa hoje?

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Galdino Cardoso dos Santos, Sem Terra Perus.

O SR. GALDINO CARDOSO DOS SANTOS – Bom dia a todas e todos. Bom dia à Mesa.

Acho que é importante a Lei de Zoneamento porque ela vem aí contemplar um pouco, também, dos conflitos.

Vi, aqui, companheiros citarem a questão dos fiscais, mas se a fiscalização não estiver atenta, acontece muito isso. A fiscalização tem que ocorrer antes e não depois.

A Lei de Zoneamento é importante, mas venho aqui enquanto movimento de moradia, para defender que nós, em Perus, ainda há muita terra que precisa entrar na ZEIS-1, para que haja mais moradias em Perus, porque ainda temos uma carência muito grande de habitação.

Em Perus/Anhanguera, temos em torno de duzentos mil habitantes, mas estes ainda não estão todos dentro de suas casas, como manda a Constituição Brasileira.

Então, é importante que entre a ZEIS-1, para conseguirmos mais moradias. Também a regularização fundiária, que é importante. Citarei uma situação da Cidade das Crianças. Ali, as pessoas ainda não têm o título de propriedade. Na gestão anterior do PT, foi dada documentação na chamada Área do Russo, Favela do Russo, de 2000 a 2004, mas a Cidade das Crianças ficou de fora, e essa área precisa ser regularizada. Hoje, o Recanto dos Humildes também está regularizado e isso é importante.

Obrigado. É só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Cumprimento não só o Presidente, nobre Vereador Gilson Barreto, como também a população de Perus que, de maneira muito vigorosa, sabe do que fala e vem demandar e pedir, aos Srs. Vereadores, para ajustar um pouco aquilo que vem sendo apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento e pelo Sr. Prefeito Haddad.

Reconheço que há avanço, se observarmos a legislação aprovada em 2002 e 2004, comparando-a. É por isso que sempre fazemos o esforço de trazer o material que compara a legislação vigente com a futura: é para não ficarmos com a impressão somente do que está sendo proposto, mas de onde estávamos e onde pretendemos chegar.

Sem dúvida alguma, há um recuo da aprovação do PDE para a atual proposta do Executivo. Parques que estavam lançados – como o Parque do Rodoanel Mario Covas e o Parque dos Queixadas – deixaram de estar. Mas há uma consolidação necessária que ainda está no campo conceitual. Uma parte grande do distrito Anhanguera, que já tem uma ocupação

em lotes mínimos de 125, 130, às vezes até inferior a esses, que a ocupação dele – portanto, o coeficiente de aproveitamento, o quanto se construiu – é superior ao que a legislação permite. O que é isso? Quando se fez a legislação, imaginava-se que esta Cidade teria lotes de 300, 350 metros e, portanto, lotes generosos, que permitissem a seguinte fala: “É possível construir uma vez o lote. Faz-se um sobradinho, deixa-se a área na lateral esquerda, deixa-se um recuo frontal e de fundo”. Entretanto, o que temos em nossos bairros é uma ocupação muito diferente dessa que estava imaginada para as regiões mais centrais: as ruas são mais estreitas, os lotes não têm muito mais que 120, 130 metros quadrados, e todos eles têm uma construção superior ao tamanho do lote. São, às vezes, até quatro pavimentos em um mesmo lote. Aquilo que está se imaginando construir na região central, a fachada ativa, algo que virou sinônimo de desenvolvimento, a nossa região faz desde quando ela existe. Historicamente, aquilo que seria a vaga do carro é a loja, é o cabeleireiro, é a padaria. Isso sempre foi assim. Portanto, hoje, a região mais desenvolvida de São Paulo está copiando o que a região periférica vem fazendo desde a sua instalação. A única coisa é que o coeficiente de aproveitamento, que está sendo dado para essas regiões centrais, continua sendo muito mais permissivo, portanto, muito mais forte que aquele de nossas regiões e isso gera um conflito. Qual é o conflito? De continuarmos espalhando o nosso território. Ao olharmos o mapa oferecido na proposta, vemos as zonas mistas ambientais. Entretanto, as zonas mistas ambientais, embora sejam zonas mistas, jogam ou mantêm na ilegalidade todo o território do Distrito Anhanguera, em especial o Morro Doce e Parque do Sol Nascente. Está claro que se não fizermos o debate real, sobrepondo as informações ao que está construído, sairemos absolutamente derrotados desse processo, esperando mais quinze anos para verificarmos se a nossa atividade econômica e se o nosso próprio imóvel estão regulares. E aí, para ir, além disso: realizar, inclusive, a regularização fundiária para que tanto a terra como a construção sobre ela garantam ao proprietário o título daquilo que comprou, pagou e ainda não tem como seu.

Há outro processo que está claro para nós ao observamos e estudarmos um

pouquinho o território: é que a estrutura trazida pelas duas importantes rodovias que sempre cruzaram o território, e a inovação do Rodoanel tem que ser reconhecida como uma oportunidade para, sim, mudar uma lógica de termos, no território, menos de 10% da população economicamente ativa com oportunidade de emprego aqui. Essa é a relação que a gente tem. Menos de 6% da população economicamente ativa de Perus e Anhanguera têm seu emprego aqui. Estamos dizendo que mais de 94% dessa população têm que sair do território para encontrar seu emprego. Portanto, acertar os perímetros e as oportunidades de instalação industrial e geração de emprego no eixo da Bandeirantes, no eixo da Anhanguera, no eixo do Rodoanel são absolutamente fundamentais.

Sem dúvida nenhuma, com todo o respeito que a gente tem que ter às nossas barreiras ambientais, lembro que não há território que mais preserva as barreiras ambientais do que o de Perus, porque ele tem 75%, 80%, 90% do seu território ainda protegido. Observem as regiões centrais de São Paulo, que se dizem as protetoras ambientais – Sé, República. Portanto, não faz sentido obrigarmos uma população que está dizendo que consegue interpretar a dimensão do meio natural absolutamente protegido, das beiras dos nossos córregos, que têm que ser respeitadas e não ocupadas; a dimensão do quanto a gente deve, sim, orientar a presença do emprego do nosso território para que todos saibam. Não tenho dúvidas de que ali, sim, pode haver indústria e ainda acomodar a geração e o desenvolvimento que queremos.

Da mesma forma, não me parece que tivemos aqui algum conflito de invasão ou de ocupação desordenada do Parque Anhanguera. Não me parece que tivemos algum conflito em nosso território de ocupação ou de algum enfrentamento com aquilo que será o Parque Mário Covas, o parque que vai ser construído em cima do antigo aterro nem com suas áreas de proteção.

Está claro que esse é um território que soube dialogar a respeito da preservação de seu patrimônio ambiental. Mais: também soube respeitar seu patrimônio cultural porque não é

de hoje a luta para a instalação do centro cultural na antiga fábrica.

Não é muito o que o trabalhador e morador de Perus, do Anhanguera, do Sol Nascente, do Recanto vem demandando da Prefeitura. Pequenos ajustes no desenho, pequenos reconhecimentos daquilo que o Plano Diretor já deu de instrumento para o nosso desenvolvimento e, quem sabe, pensar em um zoneamento de regularização para essas áreas. Para que elas tenham um padrão misto, que elas já tenham ocupação, que já esteja clara a forma como serão ocupadas. Os lotes não irão crescer, eles são mesmo de 5 de testada por 25 ou 30 no máximo. Portanto, sabemos que ali a edificação superará uma vez o terreno. Se sabemos que esse é o modelo de ocupação do território, a legislação também deve reconhecer essa fórmula encontrada pela periferia, que hoje tem muito vigor, porque cresce mais do que a região central. Essa me parece talvez a questão mais importante. Se já estamos reconhecendo que é uma região que cresce...

—
— Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos respeitar o orador.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Ela cresce porque ela tem população, porque essa população carrega o crescimento do território. Aqui não se trata de Poder Público fazendo crescer o território, mas a população dando vigor a ele, o povo trabalhar da região que o está fazendo crescer. (Palmas)

O que estamos pedindo é que as autoridades públicas do Executivo reconheçam isso junto com o Legislativo. Trata-se de aprendizado de todos nós. A população de Perus vai buscar sua riqueza fora do território. O que estamos pedindo é que seja autorizada a ela produzir riqueza dentro do seu território, socializando a riqueza com quem está aqui (palmas), socializando a Educação com quem está aqui, de forma organizada. Para isso, o desenho tem que ser alterado, tem que ser minimamente corrigido.

Isso não é uma disputa. Aqui reconheço que os técnicos da Secretaria têm conseguido, ao longo do tempo, entender o perímetro. É lógico que todos nós temos uma

presença inferior à de vocês no território. São vocês que estão aqui no dia a dia. São vocês que nos ensinam a errar menos. Lógico que aqueles que vêm mais para cá, que vêm com mais frequência vão entender mais do que aqueles que vêm uma vez por ano, a cada quatro anos, sem dúvida alguma. (Palmas) Mas está chegando a hora de dizermos a forma como isso irá para a lei, e tem que ir para a lei da forma como a população nos orienta e que a capacidade técnica dos nossos auxiliares – os que nos ajudam a acertar o território – nos recomenda tecnicamente. Tem que haver muita presença de orientação popular e tem que ter a sabedoria de não se jogar fora todo o conhecimento técnico e científico que já produzimos. Mas não dá mais para acreditarmos que vamos acertar Perus e Anhanguera com política de Copa do Mundo, de quem vem aqui na hora em que se vão votar as coisas. Essa lógica tem que ser invertida. Para se acertar o território, tem que estudá-lo, tem que haver respeito à sua população, mas, muito mais do que isso: tem que haver vontade de estarmos junto desse povo. Não dá mais para brincar de efeito Copa do Mundo. (Palmas)

– Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos passar a uma intervenção do Sr. Relator, Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, não é uma fala sobre o projeto, mas, como surgiu aqui uma posição, eu gostaria de deixar bem claro para o Sr. Mário Sérgio Bortoto que esse projeto não está mais no Executivo. Então, é preciso marcar reunião com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, podem fazer à vontade. Sou relator do projeto, e a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente tem sete membros responsáveis por isso. O Prefeito Haddad, quando procurado, tem encaminhado para a relatoria. O projeto não está mais com ele nem com o Executivo.

A Secretaria de Planejamento Urbano tem feito um trabalho extraordinário conosco para construirmos textos ou mudanças pela relatoria para que possamos atender a todos os anseios. Quero deixar isso claro porque vocês são vizinhos de uma série de municípios

pequenos, e há uma figura no Brasil que já está acontecendo em vários municípios, onde o Prefeito contrata junto com a Câmara Municipal ou com a conivência dela – chama-se conivência, e não parceria – grandes escritórios para montar o Plano Diretor, depois passa na Câmara Municipal, aprova, e os Vereadores nem sabem o que aprovaram. Aconteceu isso em uma grande cidade de Minas Gerais recentemente.

A Câmara Municipal tem toda a condição de atendê-los lá. Nós, a partir de terça-feira, teremos uma estrutura técnica muito grande e preparada, com nomes inclusive muito conhecidos no mercado. Nada será feito contrariamente a posições do Executivo que serão ajustadas, porque não há nenhum interesse de que haja algum veto a esse projeto. Não temos como, depois, em mapas georreferenciados, vetar mapa. Não há como se vetar mapas. Então, usem da figura das audiências públicas.

Os Vereadores Claudinho de Souza e José Police Neto têm levado situações. Aqui está também o Vereador Eliseu Gabriel. Todos têm trazido situações para a relatoria para que possamos construir uma posição clara. Depois de construída essa posição técnica na relatoria, ainda passamos pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que tem de aprovar primeiro. Então, não há nenhum problema em vocês fazerem reunião lá, porque virá naturalmente para nós. Mas, para encurtar espaço, é mais fácil trazer para que a gente possa esmiuçar e levar, para tratar esse assunto de forma mais rápida, porque temos que trabalhar isso mais rápido, e atender mais as demandas das audiências públicas, porque o Executivo está participando de todas, não faltou a nenhuma. Isso é muito importante.

Essa é mais uma lembrança, porque fico muito triste por ver que hoje o Brasil tem mais de cinco mil municípios e uma boa parte deles ainda contrata quem faz Plano Diretor e manda entregar na Prefeitura. É uma situação muito delicada, mas que ainda acontece muito. Nós não: estamos construindo junto – Executivo e Legislativo – esse texto final, que passa por uma série de pequenas mudanças que são técnicas, técnico-políticas. Ou seja, vocês estão aqui hoje fazendo a política da democracia, aquela de que vocês participam para que

possamos levar os anseios de vocês até o Executivo num texto para o qual não interessa haver veto. Porque o Prefeito pode vetar, e, de repente, nós vamos ter um buraco, como já fizemos com um buraco em Moema vetado e paralisamos um bairro por mais de uma década. Não há interesse em deixar veto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Complementando com algumas considerações, quero dizer que hoje não teremos apenas três minutos, mas três horas de discussão.

O projeto foi encaminhado para a Câmara Municipal, e qualquer mudança será feita pela Câmara Municipal de São Paulo; o Executivo não mudará mais nada, a não ser que ele dê contribuições. Quero deixar isso claro, que a responsabilidade é agora dos Srs. Vereadores, através da Comissão de Política Urbana.

Não temos nenhum constrangimento em receber qualquer segmento da sociedade, seja de moradia, de empresários, de zona residencial. Temos atendido a todos, e ouvido todos os que têm falado. É jogo aberto. Como disse no início, muitos pensaram que haveria umas cinco audiências públicas na Câmara; enviaríamos o convite e vocês não iriam mesmo; e depois colocaríamos o projeto em votação. Não! Estamos fazendo audiências às segundas-feiras, quintas-feiras; e nos sábados, de manhã e à tarde. São 47 audiências públicas.

Então não estamos aqui para brincar ou para ficar só olhando para os senhores. Existe uma responsabilidade não só da Comissão, mas de todos os Srs. Vereadores, principalmente aqueles que estão acompanhando esse processo de perto, porque queremos uma lei que venha a atender o anseio de cada canto da Cidade de São Paulo.

Vou passar a palavra ao nobre Vereador Eliseu Gabriel.

– Discurso fora do microfone. A transcrição foi prejudicada.

O SR. ELISEU GABRIEL – Bom dia. Quero saudar o Subprefeito Carlos, os nobres Vereadores Gilson Barreto, Paulo Frange. Quero dar os parabéns à Comissão de Política Urbana, especialmente ao Relator e ao Presidente pelo esforço.

Como falou o nobre Vereador Gilson Barreto, a Câmara Municipal agora tem a responsabilidade de preparar e modificar esse projeto de lei que foi enviado pelo Sr. Prefeito, então é muito importante que haja esse contato com a Comissão de Política Urbana, com grupos organizados, como aconteceu em Perus. Assim conseguimos entender, porque não é simples entender. À medida que as pessoas se organizam, acabam entendendo melhor e conseguem fazer pressão para que o Plano seja mais adequado para a região.

Tenho a impressão de que tem um problema de classificação de ruas. É importante que haja uma classificação correta de ruas.

E outra questão é a do trabalho... (ininteligível) A cada dez pessoas empregadas, praticamente nove têm de se deslocar para outra região. Então é muito importante que o zoneamento facilite a atividade econômica da região. Esse tem de ser o principal objetivo da lei de zoneamento.

Também o plano pode ajudar muito na questão da regularização fundiária. Esse é outro aspecto complicado aqui na região, e em várias outras regiões de São Paulo. Só para concluir.

– Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Luana Laís, moradora.

A SRA. LUANA LAÍS – Bom dia a todos. Sou moradora da Rua Ana Maria Franco Laranjeira, no Sítio Areião, onde está havendo os projetos de Zona Industrial. Hoje nós, moradores e proprietários das chácaras no Sítio Areião, localizadas na Rua Ana Maria Franco Laranjeira, estamos aqui apenas para esclarecer que nós não estamos contra o desenvolvimento do nosso bairro, mas sim contra a implantação do projeto 272/2015, que disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo no município de São Paulo, de acordo com a lei 16.050, de 31 de julho de 2014, no qual existe essa nova proposta de ZPI, de acordo com o artigo 14. Então, as Zonas Industriais são porções de territórios destinadas à implantação,

manutenção e usos não residenciais, ou seja, em uso especial para as empresas. As nossas áreas são porções de territórios destinadas a proteger ocorrências ambientais isoladas, tais como remanescentes de vegetação significativa, paisagens naturais, preservação das faunas ambientais e nascentes e também a preservação das áreas centenárias dos nossos terrenos, que nós mesmos, meu avô e meu bisavô construíram no local. Então, nós queremos manter o Sítio Areião como uma área ambiental e de preservação, com seus moradores e também com as suas gerações. Se há áreas de implantações industriais no bairro de Perus, que as empresas destinem-se para essas áreas ou que fiquem como estão os moradores e empresas, no mesmo local, mas não nos prejudiquem, os moradores, pois já estamos lá há mais de duzentos anos. Então, nós queremos que isso seja verificado e detalhado; e não se esqueçam da gente, que já está lá.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Márcia Ananias, munícipe.

A SRA. MÁRCIA ANANIAS – Bom dia a todos. Eu estou aqui para defender a Vila Fanton, que sempre foi Zona Mista e, de uma hora para outra, ainda não entendemos como, passou a ser ZEIS na minuta do projeto da Prefeitura. Qual foi a primeira providência que nós tivemos, depois de perceber esse engano? Nós estamos tratando como engano ou lapso. Nós preferimos que não seja nada de propósito contra a Vila Fanton ou então haja alguma coisa na secretaria que seja contra o nosso bairro.

A Vila Fanton é um loteamento antigo. As pessoas moram lá desde a década de 70. Os lotes são de dez de frente. Eles não desbarrancam e não alagam. Não há nenhum problema. Não é uma zona sujeita a alguma intervenção desse tipo. A primeira providência que eu tive foi procurar o Sr. Subprefeito, para perguntar a S.Exa. o que havia acontecido e pedir para que tivesse um gesto de humildade, de reconhecimento do erro e passasse para os Vereadores. Isso ia facilitar muito a nossa vida, de não ter que trazer toda essa preocupação

para os moradores, que estão em, mais ou menos, dez ruas. Não sei se isso foi feito. Se foi feito, obrigada, porque realmente é um engano, um lapso que tem ser corrigido.

Com relação ainda a ZEIS, é necessário também outro ponto de Perus na Vila Operária. Ao longo da Avenida Sílvio de Campos, propomos que seja delimitada ali, coincidindo com os planos da Prefeitura, uma zona de corredor de ZEIS ao longo da Sílvio de Campos, entre a Rua Leão Meneghini até a Ponte da Bandeirantes. A zona comercial chega até a Rua Leão Meneghini e precisa continuar, para que as pessoas lá tenham onde trabalhar, e seja regulamentada e regularizada a Sílvio de Campos, como sendo uma rua principal da Vila Operária.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Eiji Hayakawa, do Grupo Proprietários Anhanguera.

O SR. EIJI HAYAKAWA – Bom dia a todos. Eu represento um grupo de proprietários de uma área que fica no entroncamento do rodoanel com a Anhanguera e, mais adiante, com o Pico do Jaraguá. É uma área de aproximadamente um milhão de metros quadrados. O Executivo, no início da minuta do projeto de lei, zoneou a área como zona mista, mas, na segunda minuta, zoneou como zona de preservação e desenvolvimento sustentável, mas, no projeto de lei que foi encaminhado à Câmara, acabou se transformando em ZEPAM. Então, a gente questionou o Executivo o porquê dessa mudança, e os técnicos falaram: “Porque a terra, toda aquela área está em terra indígena, em homologação”. Então, os proprietários procuraram pesquisar, informar e conversar com os índios da aldeia e também consultar o conselho dos indígenas do Estado de São Paulo. E o que se descobriu? Que isso foi uma manobra da Funai para conseguir aumentar toda a área da terra indígena, conseguindo, com isso, uma indenização em relação ao rodoanel. Os próprios índios, se os senhores acompanharem o processo da Funai, verão que o que os índios mesmos reivindicam são apenas 3,5 hectares de áreas. A Funai, depois disso, aumentou toda área para mais de

500 de área de terra indígena. Então, existe aí alguma intenção ilícita, em transformar toda aquela área em terra indígena, em prol, na verdade, de uma arrecadação financeira para a Funai.

O que os proprietários querem? Os proprietários querem, na verdade, transformar aquela área em ZPDS ou algum tipo de zoneamento que permita empreendimentos que gerem emprego e renda para a população local. Então, se verem a vocação da área, há muitas áreas desmatadas e a vocação de estar no entroncamento do rodoanel com a Anhanguera já denota uma vocação natural de ser uma área para empreendimentos centrológicos, respeitando o ambiente.

Então, os proprietários aqui sugerem criar empreendimentos que gerem em torno de dois mil a três mil empregos, com centros logísticos, galpões de depósito, mas também com centros de pesquisas e áreas residenciais, como se fossem vilas ecológicas, respeitando a harmonia da natureza do entorno.

Então, o que os proprietários buscam com isso? Na verdade, transformar a área em ZPDS, para que tenhamos para a comunidade empreendimentos que gerem renda e emprego. É justamente isso que a população de Perus precisa. Não precisa mais de áreas de Zepam, que podem ser invadidas no futuro, mas sim de áreas que gerem emprego e renda para a população.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. William Fernandes, do CPM Aceda.

O SR. WILLIAM FERNANDES – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. Eu só vou fazer uma crítica engraçada à Mesa. Nós tivemos uma grande divulgação da Câmara no Seu Bairro. Foi maravilhoso. Parabéns pelo trabalho que V.Exas. fizeram. Também tivemos uma grande divulgação da Prefeitura no bairro, na Praça Inácia Dias, e nós não tivemos a divulgação desse trabalho hoje, a não ser pelas lideranças. Então, nós esperávamos, eu, como

conselheiro, por exemplo, não recebi, nem eu, nenhum conselheiro recebeu a divulgação desse evento hoje, que é tão ou mais importante do que tudo o que nós tivemos no decorrer desse mês. Falo isso para ficar gravado, para que a gente entenda o que foi falado. Isso é em respeito à população de Perus. Perus precisa realmente saber o que está acontecendo, porque é da sobrevivência desse povo que nós estamos falando.

Então, a gente gostaria muito que, quando houvesse mais audiências desse nível, realmente a gente fosse informado antecipadamente, para que quem representa a população de quase duzentos mil habitantes possa trazer a população aqui, porque realmente está muito bom hoje, mas poderia ser melhor.

A preocupação nossa aqui, em Perus, está não só com o zoneamento. Nós precisamos, de fato, bater um papo, porque existem algumas áreas. Por exemplo, foram lá e fizeram ZEIS. Ótimo, só que, nessas ZEIS, há comércio e há casas.

Vou aqui corrigir o nosso Vereador José Police Neto, que falou: “Há alguns lotes de 120 a 125”. Não, nós temos lotes de 80 metros quadrados, e estão construídos lá 200 metros. Se a gente for levar ao pé da letra o que há hoje de leis, na Cidade de São Paulo, a gente vai derrubar 90% das casas de Perus, não é só do distrito Perus, distrito Anhanguera e Sol Nascente. Então, nós precisamos de emprego sim. Precisamos que essa lei possa ser expandida e possamos manter os nossos comércios. Eu sou da Associação Comercial Aceda do Morro Doce, e nós temos uma grande dificuldade em regularizar o nosso comércio e a nossa moradia.

Então, a gente pede que V.Exas. realmente olhem com um olhar mais humano, para que aproximadamente 240 mil pessoas possam ter moradia digna e o seu comércio seja regularizado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Jackson Gonçalves Nain, da Aceda.

O SR. JACKSON GONÇALVES NAIN – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. O Sr. Presidente da Aceda esteve aqui. Eu sou o Secretário da Aceda também, da Associação Comercial. Nós gostaríamos muito, junto com a Cisper, temos uma luta grande, tanto dos comerciantes de Perus como do Distrito Anhanguera. Há a ligação entre os bairros Sol Nascente e Distrito Anhanguera, Alves de Magalhães, que está no relatório, e a Estrada da Ligação. Ontem já levei algo para o distrito da Anhanguera. Não é uma conquista só da Aceda, não é uma conquista única de uma ou de outra pessoa. Já conseguimos um terreno. O Sr. Subprefeito já pediu para nós analisarmos esse terreno, para que levássemos um banco para o distrito Anhanguera, e precisamos muito disso. O desemprego lá, todo mundo vai para fora, porque banco lá na Lapa tem bastante. Aqui em Perus nós temos cinco, que são superlotados, muito lotados. Então, essa conversinha pra lá e pra cá, eu gostaria de convidar os 54 Vereadores para virem ao nosso bairro. Por que os 54? Porque um já trabalha aqui bastante; esse e outro. Como o nobre Vereador falou, de quatro em quatro anos, ele vem à sua casa, à sua porta, descobre o seu aniversário e manda um convite de “meus parabéns” e “vote em mim”. Eu quero que eles realmente venham e fiquem de pé, no chão para analisar onde fica o Filhos da Terra, onde fica o Formiga, onde precisamos de mais contribuições.

O banco, nós vamos tentar conseguir. Um engenheiro já vai fazer a planta, que vou entregar para o subprefeito e à Associação Comercial. Nós precisamos, sim, unir bastante a população, um divulgar para o outro qual é a importância destas audiências, pois eles são os nossos funcionários. É isto que nós temos que ter na cabeça: nós temos o nosso voto, e eles trabalham para a gente. Ou estou errado, nobres Vereadores?

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Virginia Stefano.

A SRA. VIRGINIA STEFANO – Bom dia. Sou moradora do km21 da Anhanguera e a nossa zona está passando para ZEPAM. Como o arquiteto Euler falou, a nossa intenção é

mudar o zoneamento para que se possa construir, à beira da rodovia, entre o Rodoanel e a Anhanguera, uma geração de empregos, porque essa região é a mais esquecida de São Paulo; as escolas são as piores, a saúde é a pior, o transporte também. Está tudo esquecido; a população está à míngua. Então, o que a gente está pretendendo é melhorar a situação da região, construindo à beira da rodovia e preservando o parque ao fundo para que não haja invasão, para que as pessoas não invadam aquilo e transformem em mais uma favela. Que o local seja transformado em riqueza para que todo mundo tenha emprego e não tenha que sair da região para ir para o centro de São Paulo procurar emprego.

Era o que eu queria dizer. (Palmas)

– Assume a presidência dos trabalhos o Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Virginia.

Tem a palavra o Sr. José Osvaldo Gomes da Silva.

O SR. JOSÉ OSVALDO GOMES DA SILVA – Bom dia. Sou Osvaldo Silva, professor de educação infantil e membro do Conselho Participativo Municipal.

Quero fazer uma crítica à Mesa, porque eu soube em cima da hora sobre a audiência pública e a gente, como liderança, fica chateada. Ontem eu cheguei correndo da escola e tive que ligar rapidamente para o Luiz; inclusive o Vereador Ricardo Nunes era para estar presente, mas, por causa da agenda dele, não deu, porque realmente foi em cima da hora que a gente ficou sabendo.

Representando os moradores do Sol Nascente, eu queria também abordar uma questão. Há uns dias, assistimos à sessão sobre a polêmica questão do gênero no Plano Municipal de Educação. A questão do gênero é tão polêmica quanto a questão do zoneamento. Como representante da comunidade e como morador da região, nós gostaríamos que as comunidades fossem realmente ouvidas. Muita gente que está aqui não sabe nem entende o que é zoneamento.

Temos a questão da regularização do loteamento Filhos da Terra, no Morro Doce.

Como o colega falou, muitos são realmente enganados. Então, que seja criada uma lei que endureça para esses caras que vendem e compram loteamento e enganam a comunidade. O povo quer morar e, de repente, descobre que o local não é de moradia.

Também temos a questão do loteamento Morada do Sol II, a questão do loteamento Sítio Taipas/Vila Sulina, a da Chácara Maria Trindade, a do Jardim Jaraguá e a da Chácara do Japonês. Que realmente tenham um olhar atencioso em relação a esses moradores. Que tenham um carinho realmente, porque precisamos que na nossa região tenha emprego, mas que possamos olhar o lado da preservação das nossas áreas verdes antes que mais um loteamento seja transformado.

Em comparação com a região de Perus, nós temos uma grande porção de área de preservação. Mas, claro, nós queremos desenvolvimento e emprego em nossa região, mas queremos também que as nossas áreas verdes sejam preservadas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Rutilene dos Santos.

A SRA. RUTILENE DOS SANTOS – Bom dia a todos. Bom dia ao Subprefeito Massi. Antes de tudo, eu gostaria de elogiar o subprefeito porque está ocorrendo, todas as quartas-feiras, um projeto denominado Rodas de Conversas, ocupando os nossos territórios com sustentabilidade e cultura de paz no auditório da subprefeitura, com o apoio incondicional da subprefeitura e com os seus assessores e supervisores fazendo a mediação. Está crescendo. Nesta semana, será na terça-feira. Projeto que apresentei como conselheira do Cades em 30 de julho de 2013, Rodas de Conversas está ocupando os nossos territórios, e as nossas crianças e adolescentes, pastores e lideranças evangélicas estão participando e mapeando quais são os territórios que devem ser ocupados.

Convido todos para as Rodas de Conversas, e quero elogiar o Subprefeito Massi por esse apoio, além do supervisor de cultura e a Jandira.

Agora quero falar outra vez da área Badra, área que deve ser reconhecida como

vila de maneira urgente, já que, desde a gestão Serra/Kassab, foram feitas lá duas escolas, a Recanto dos Humildes e a Badra. Ao lado, há o Jardim da Paz. São áreas do Ibama, do Bradesco e da família Badra. Recentemente, foi ocupada a área Miguel Badra. Quem não sabe onde fica a Badra, é só se dirigir à subprefeitura.

Não concordei e não concordo com ocupações onde já há projetos em benefício do povo. Estou aqui em nome do povo. Só falo com abaixo-assinado nas mãos, e as pessoas sabem disso, porque eles estão protocolados na subprefeitura. Eu tenho a cópia deles.

Queremos a alteração no projeto Parque Linear. Propomos um viaduto que ligue a Vila Fanton à Rua Mogeiro.

Em relação ao rio, faço parte e sou colaboradora do Greenpeace. Jamais seria contra ou a favor de um projeto que mexesse numa área de preservação. Entretanto, estou de pleno acordo com o Vereador Police Neto quando ele diz que Perus foi verticalizado.

Queremos o viaduto. É o povo que está pedindo. Não tenho o projeto técnico, mas tenho um abaixo-assinado em minhas mãos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Daniela Daiana de Santana.

A SRA. DANIELA DAIANA DE SANTANA – Bom dia. Sou moradora e trabalho na área também e venho falar em nome de todo mundo. Trabalho na área da Ana Maria Franco Laranjeiras e sou moradora de lá também.

Venho falar que a gente não quer briga. Como moradora e trabalhadora da área estamos querendo que somente se legalize. Também queremos continuar trabalhando na área. Têm muitos trabalhadores lá e a gente quer que legalize a situação para mantermos os trabalhos e aumentem a área de trabalho e o número de trabalhadores, porque é muito difícil trabalho aqui em Perus.

A área em que moramos é muito bonita. Eu também tenho filho que mora no local e não quero que destruam a natureza. Acabei ficando nervosa (Risos)

A gente não veio brigar com os moradores daqui e nem de lá da área da Ana Maria Franco Laranjeiras. Queremos que mantenham os empregos e os moradores. Como já havíamos falado antes, não é porque vai virar área industrial que os moradores têm que sair de lá. Vamos continuar, porque também somos moradores. Basta regularizar as áreas.

Têm muitas áreas em Perus também que deveriam ser mais vistas, como outros parques em Perus, que devem ser mais cuidados. Devem regularizar as melhores áreas.

Ai, perdi tudo... (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Daniela, fique calma, obrigado.

Tem a palavra a Sra. Marília Fanucchi.

A SRA. MARÍLIA FANUCCHI – Bom dia, bom dia a todos. Obrigada pela oportunidade.

Antes de ler o Manifesto pelo Direito às Cidades, eu gostaria de, a partir da participação de várias audiências públicas, falar um pouquinho sobre a importância do conhecimento técnico que foi mencionada aqui, a escuta cuidadosa e a participação genuína. Isso é fundamental.

Por isso, eu venho ler o Manifesto pelo Direito às Cidades – águas, áreas verdes, moradia e qualidade de vida para todos.

“É imprescindível que sejam asseguradas – e ampliadas –, as conquistas socioambientais durante a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.”

Por isso, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores, especialistas de diversas áreas do conhecimento, vêm a público manifestar o desejo de construção de uma Cidade inclusiva, democrática, sustentável e solidária. O Manifesto tem mais de setenta assinaturas institucionais e de cem signatários como pessoa física.

“Nesse sentido, exigimos:

– Nenhuma Zona Especial de Proteção Ambiental a menos; todas as ZEPAMs grafadas no PL 272-2015 devem ser mantidas, sem nenhuma alteração dos parâmetros de uso

e ocupação propostos pelo Plano;

– Nenhuma Zona Especial de Interesse Social a menos; todas as ZEIS grafadas no PL 272 devem ser mantidas, desde que não incidam sobre remanescentes de Mata Atlântica, Mata Ciliar, córregos e nascentes. Garantia da manutenção das ZEIS 2,3 e 4 demarcadas, sem que haja nenhuma alteração para ZEIS-5, priorizando o atendimento das demandas da população de baixa renda;

– Manutenção dos limites na zona rural por serem fundamentais à proteção e uso sustentável as áreas produtoras de água e alimento, além de regulação climática. Apontamento em mapa das terras indígenas, como reconhecimento das cidades aos direitos das populações tradicionais. É imprescindível que sejam assinalados nos mapas os limites das terras indígenas Jaraguá e Tenondé Porã. Aprimoramento do capítulo que trata das áreas públicas e do sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres e dos critérios para a implantação de equipamentos sociais. Ampliação das ZEPAMs nas áreas produtoras de água, Bacia do Guarapiranga, Billings, Capivari-Monos e nas áreas inseridas nas zonas de amortecimento dos parques estaduais, da Cantareira, do Jaraguá e do entorno do Rodoanel trecho Norte.

Nenhum empreendimento com potencial gerador de impacto socioambiental nas áreas produtoras de água remanescentes de Mata Atlântica e áreas com fragilidades geológicas e geotécnicas. Exigimos justiça socioambiental, qualidade de vida na Cidade com água, áreas verdes e moradia para todos.”

Obrigada.

– Reassume a presidência o Vereador Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Norma dos Santos Nunes, moradora do Morro Doce.

O SR. NORMA DOS SANTOS NUNES – Bom dia. Vou falar em nome da população de Morro Doce. Em primeiro lugar, a gente gostaria que a nossa área (em geral Morro Doce, Perus e Anhanguera) não fosse ambiental, mas, sim, habitacional pelo motivo de

muitos morarem ali. Pagamos muito dinheiro e queremos ser dignos de moradia, e pagamos o IPTU. No momento que pagamos IPTU nós também temos direitos.

Outra coisa importante é que não temos hospitais em Anhanguera, nós só temos uma AMA 24 horas e essa AMA 24 horas, nas segundas-feiras, não há médico nenhum.

Outra coisa: queremos escolas. Nossas crianças e nossos jovens, às 5 horas da manhã, estão no ponto, Terminal Britânia, para poder estudar fora e das 18h às 20h nossos jovens e crianças estão chegando nesse horário em casa. Então, temos de ter um pouquinho de sensibilidade para com os nossos jovens. Há mães com crianças de colo às 5 horas da manhã no Terminal Britânia, e aquilo não é um terminal. Não temos banheiro, não temos água, não temos nada ali. Então, realmente o único banheiro que existe é o da AMA.

O subprefeito tem uma visita marcada no Jardim Boa Vista, no quilômetro 22,5, porque lá existe uma área ambiental, não há coleta de lixo, não tem água, nem luz, nem asfalto. É uma área totalmente fora. Então, na segunda, às 18h, já agradecemos antecipadamente a sua visita, mas a gente quer, sim, que seja uma área ambiental e uma área habitacional porque todos ali colocaram o seu dinheiro e ninguém invadiu. O meu terreno, por exemplo, tem 80 metros e comprei com o dinheiro de uma rescisão de trabalho, quando sai.

Então, estou falando em nome da população. A gente agradece e a gente luta. Tudo que nós conseguimos ali: água, luz, asfalto, até o ônibus, foi lutando. Não foi de graça e ninguém chegou lá com uma caixa de presente e entregou para a gente. Eu acho que todo mundo aqui lutou e conseguiu a sua moradia, enquanto outros apenas compram. Como o José Police Neto falou: nós somos grandes, mas com Deus no coração e essa é a nossa fé.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sr. Antônio da Silva Seita, da Agroarte.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA SEITA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, a exemplo da maioria dos pleitos já formulados aqui, a nossa proposta visa exatamente procurar equilibrar

a oferta de emprego compatível com o adensamento populacional da região.

Nesse sentido nossa proposta é de alteração de uma região que está grafada hoje como Zepam para Zona Mista. Essa região fica compreendida dentro do eixo de desenvolvimento Noroeste. Eixo esse criado exatamente para propiciar esse equilíbrio entre oferta de emprego e moradias.

Essa área está delimitada pela Estrada de Ligação, Rua Artur de Azevedo, Av. Euclides da Cunha e Alameda Aristóteles Claudio Sbrighi. Essa região, na década de 80 era ocupada basicamente por chácaras e hoje se tornou praticamente uma ilha. Está cercada por moradias de ZEIS 1. Essa região não está demarcada como área de proteção ambiental dentro da lei 16.050 – o PDE –, e hoje não tem nenhuma representatividade em termos de espécies arbóreas remanescentes da Mata Atlântica.

Na revisão promovida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano formulamos o pleito dessa alteração que foi atendido parcialmente. Ou seja, metade dessa região delimitada foi alterada para Zona Mista e a outra metade permaneceu como ZEPAM. O objetivo dessa manutenção da área como ZEPAM visava exclusivamente a proteção de uma nascente existente nesse local.

Contudo, a legislação atual – lei 10.365/87 e o decreto 26.535/89 – protege adequadamente a manutenção dessa nascente e de todas as espécies arbóreas no entorno, que foram plantadas exatamente pelos proprietários das terras nessa região.

Nossa visão desse projeto é que a alteração dessa região de ZEPAM para ZM, como já foi feita parte do nosso pleito original, vai aumentar o equilíbrio entre oferta de emprego e moradia na região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Roberto Massi, Subprefeito de Perus.

O SR. ROBERTO MASSI – Quero parabenizar a Mesa, parabenizar todos os

presentes, essa iniciativa da lei de zoneamento é importante para a população, para as empresas estabelecidas no local, porque se forem prejudicadas podem sair daqui e vamos perder empregos. Hoje essas empresas têm quatro, cinco mil empregos e vamos deixar essas pessoas desempregadas, porque as empresas vão para outra comarca, o que acaba prejudicando a população de Perus.

A Lei de Zoneamento tem de ser vista com carinho, com respeito pela população. Eu, como sou Subprefeito, respeito a população e a atendo todos os dias. Tenho contato quase que diariamente com todos que estão aqui. Acho importante para a Subprefeitura ter um contato com a população, com as empresas, porque tudo o que acontece no bairro respinga na Subprefeitura. Temos servidores competentes, o pessoal da fiscalização é parceiro nosso: Londolfo, João Edson, Parisi. Pessoas que trabalham com a gente na subprefeitura e que dão todo carinho e respeito que a população merece.

Acho que a nossa obrigação é atender a população da melhor maneira possível. É isso o que eu faço. Estou aqui há um ano e quatro meses. Não tenho uma falta. Venho todos os dias para trabalhar porque acho que a população precisa da Subprefeitura, do Subprefeito e dos Servidores. Então, procuro prestar um serviço de qualidade para todos vocês.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Silvio Romeiro de Magalhães Leite, e o próximo, será o Sr. Cipriano Gomes.

O SR. SILVIO ROMEIRO DE MAGALHÃES LEITE – Vereadores Gilson e Paulo Frange, demais Membros da Mesa, a nossa solicitação é simples: nós gostaríamos de acrescentar as áreas que margeiam a Estrada do Café a possibilidade do uso não residencial de pateamento de veículos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. CIPRIANO GOMES – Bom, pessoal, as reclamações de vocês, realmente, são pertinentes. Sou Cipriano Gomes e estou Superintendente da Associação Comercial de

São Paulo, parceiro de todos vocês que aqui estão.

Sr. Presidente Gilson Barreto, estamos felizes porque temos aqui Vereadores envolvidos com a nossa região. Cito aqui o Vereador Police Neto, que faz um trabalho maravilhoso aqui; Paulo Frange, um dos maiores conhecedores do Plano Diretor; e os dois, simultaneamente, junto com Nabil já vêm fazendo um trabalho maravilhoso desde 2000, e o Professor Toninho que vem desempenhando vários papéis, eu o vejo em vários lugares, e isso é muito bom.

A Associação Comercial defende o uso misto das regiões, empreendedores que fazem do seu negócio o desenvolvimento da periferia de São Paulo.

Nós temos, em São Paulo, verdadeiros heróis que vieram, não achando espaço no centro de São Paulo, fizeram da periferia de São Paulo o desenvolvimento dessa Cidade. Daí vem um problema: a Cidade não cresceu com eles. Eles foram completamente abandonados.

Nós, na Subprefeitura, encontramos diversas barreiras e esperamos que, a partir deste momento, com essa chance que temos de falar com pessoas que conhecem a Cidade, que nos defendem – e que deveriam defender muito mais – e que estão trabalhando conosco, e com pessoas iguais a vocês que estão fazendo esse trabalho junto com a Câmara Municipal tentarem desenvolver o seu bairro, a sua região.

O que a gente fazia, antigamente, era dizer que a pessoa tinha que trabalhar num local perto de onde ela morasse, para que ela pudesse ter qualidade de vida, desse atendimento à sua família e momentos de lazer.

E o que aconteceu com o desenvolvimento de São Paulo foi, exatamente, o contrário. A pessoa mora num lugar e trabalha a duas ou três horas distante desse local.

Hoje, nós da Associação Comercial com vocês defendemos o uso misto. Que a pessoa more num lugar e que possa trabalhar nesse mesmo lugar, nessa mesma região, defendendo a sua qualidade de vida. Daí, teremos muito mais saúde, meio de transporte e, principalmente, moradia de qualidade com infraestrutura.

É isso o que nós esperamos.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Superintendente.

Tem a palavra o Sr. Isaias Virgínio da Silva, do Conselho Gestor.

O SR. ISAIAS VIRGÍNIO DA SILVA – Bom dia, quero cumprimentar todos da Mesa. Meu nome é Isaiás, e meu apelido é Batatinha. Eu sou da base do Nabil, Vereador licenciado que agora está na Cultura, e que tem um trabalho muito forte aqui na região. Inclusive, está participando do projeto da cultura, na fábrica de cimento. Se o Prefeito vier aí, eu vou visitar, viu.

Eu sou de Pirituba; represento o Nabil de Pirituba até Perus. Ele ficou dois anos como Vereador. Enquanto ele estava debatendo sobre o Plano Diretor, que não tinha tempo para nada, eu estava na região encaminhando as demandas. E fiquei muito contente, porque, das demandas que eu caminhei, quinze delas foram concluídas pelo Vereador Nabil Bonduki.

Na minha ficha eu estou como conselheiro de saúde, mas eu queria falar da regularização fundiária.

É brincadeira. Na região de Perus e Pirituba, existem vários loteamentos com processo há mais de vinte anos, e ninguém toma providência. No tempo da gestão da Marta, os processos estavam em andamento. Quando entrou o Serra e o Kassab, pararam os processos. Em 2013, eu fiz um levantamento, que tinha um fórum de regularização fundiária, para levantar os processos, ver como estava, informar a população, porque está lá no Resolo, e tem processo de mais de vinte anos sem regularização. É falta de interesse em regularizar. A moradia não é só a casa, não, a moradia é documento também. As pessoas morrem e não veem o seu documento.

Em 2013, fiz um levantamento, e constatei que tem terreno de mais de vinte anos. E agora tem uma lei, do projeto *Minha Casa, Minha Vida*, que dá o direito de fazer a regularização através de demarcação urbanística. Isso já tem mais de cinco anos. Diz a lei que

quando o processo está em andamento, depois de cinco anos que ninguém contesta, a Prefeitura pode regularizar e dar o título da pessoa, mas nada disso está acontecendo. Acho que os Vereadores têm que tomar a decisão de levantar todos os processos e dar andamento.

Comecei a minha militância na área de regularização fundiária, com Henrique Pacheco. E desse tempo para cá, foi regularizado somente um loteamento, e foi um processo do nosso companheiro Henrique Pacheco, lá no Jardim Xangrilá. Aqui em Perus são vários: Jardim da Conquista, o Recanto do Paraíso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. José Rosa Neto, da Associação dos Trabalhadores Unidos de Perus.

O SR. JOSÉ ROSA NETO – Bom dia à Mesa, bom dia a todos que estão participando.

Falando de regularização, nós temos duas escolas no Jardim da Conquista que funcionam desde a gestão Kassab, só elas não foram regularizadas. E já que não regulariza o loteamento, a moradia das pessoas, que, pelo menos, regularize essas coisas.

No Jardim da Conquista, onde eu moro, temos até transporte coletivo regularizado, mas não temos regularizada a nossa moradia. Isso é um absurdo. Nós temos um projeto do *Minha Casa, Minha Vida* para 1440 famílias. Agora eu queria saber dos Vereadores onde está a infraestrutura para essas pessoas que vão vir de fora. Temos uma invasão – entre aspas, porque é uma ocupação –, só que essas pessoas não vão ter direito de morar nessas moradias que vão chegar. Se essas pessoas já estão aqui, por que não cadastrá-las para morar lá? Não trazer pessoas de fora, como fizeram na Cohab, como fizeram no CDHU, que trouxeram um monte de gente, mas sem levar nenhuma infraestrutura para que as pessoas desfrutassem em Perus.

Perus não pode continuar abandonado. Todo mundo tem que se unir para colocar Perus no mapa, na realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Aílton.

O SR. AÍLTON – Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do companheiro que está presidindo, cumprimentar o Subprefeito e todos os Vereadores aqui presentes.

Gostaria de fazer algumas observações com relação a ruas que eu considero principais na região, e que precisariam ser colocadas como zona de desenvolvimento econômico. São elas: Morro Doce, Leopoldo de Passos Lima, a Virgílio Casteglione e a Coronel José Gladiador. São ruas no centro dos bairros, têm grande movimentação, mas não constam como zona que permita esse desenvolvimento comercial. Além disso, no Morro Doce, um bairro que tem em torno de cem mil habitantes, nós não temos um banco, uma agência bancária. E se realmente não alterar esse zoneamento, permitindo a instalação de um banco, vai ficar difícil, daqui a dez anos, ter um banco no local. São essas as correções que precisamos.

Com relação ao Morro da Mandioca, já tem uma parte na qual está prevista a implantação das ZEIS, para a regularização das habitações que lá já existem, mas que precisa ser ampliado.

Com relação a Perus, por exemplo, o companheiro Zé Rosa falou da regularização do loteamento Jardim da Conquista. É verdade, precisa realmente ser regularizado. Mas, além da regularização, no zoneamento, a rua principal já tem diversos comércios, e não está prevista a regularização. O mesmo ocorre na Júlio Maciel, no Recanto dos Humildes. A Av. Damina.

No Morro Doce, temos a Vila dos Palmares, a Estrada do Pirapora, que é um absurdo não permitir comércio nessa via. Estou colocando isso porque estamos discutindo um zoneamento que vai valer para quinze/vinte anos. Imaginem, daqui a quinze/vinte anos, como vão estar esses bairros, sem comércio.

No Bairro Taipas, Jardim Botuquara, regulariza-se a vila e não deixam uma área comercial.

Para finalizar, com relação à questão da comunicação, o Grupo Pandora justifica a questão da divulgação, porque foram entregues diversos folhetinhos, e que também foram publicados no jornal do bairro.

Espero que essas correções sejam feitas. Agradeço a todos. Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Vou passar a palavra a Dra. Patrícia para algumas considerações.

A SRA. PATRÍCIA – Sempre insistimos, do ponto de vista técnico, que as pessoas precisam, além do mapa, tentar ler o PL. Mais do que isso, é olhar os quadros.

Queria falar sobre a preocupação de alguns moradores do Morro Doce e outras Zonas de Interesse Social, ZEIS 1, com não poder ter comércio. Vamos ler a lei com calma. Pode existir sim, porque ZEIS 1 permite que regularize seu loteamento. Se o seu comércio é menor do que mil metros quadrados, não vai ter problema nenhum.

Acabamos de ter uma fala de que os lotes são pequenos, então, de fato, em ZEIS 1, se o seu lote for menor do que mil metros quadrados, você não é obrigado a fazer só moradia popular. O seu comércio vai estar regularizado. Então, essa preocupação de que não vai poder ter não é verdade.

No próprio Morro Doce reconhece-se a principal via, que está grafada como uma Zona Corredor em ZEIS. O que é isso? É justamente para reconhecer que se instale um supermercado maior do que mil metros quadrados, uma agência bancária na Zona Corredor em ZEIS e está contemplado. Então, não precisa ter a ZDE nesta área. Vocês até poderiam ajudar a identificar para a Câmara outras áreas dentro de ZEIS 1 que poderiam ser marcadas como Zona Corredor em ZEIS, que pode comércio maior.

Então, tranquilizando, em ZEIS 1 pode sim ter comércio. Comércio pequenos em áreas menores do que mil metros. Se quiserem ter comércio maior, vamos marcar Zona Corredor em ZEIS.

Outra questão. Na Vila Fanton, basicamente, a equipe técnica da Prefeitura não

marcou ou desmarcou ZEIS. Ela já estava como ZEIS no Plano Diretor aprovado em julho de 2014. Não é um loteamento clandestino, pode ser um loteamento irregular por alguma questão. Essas ZEISs 1 vieram de um cadastro de favelas e loteamentos – ou clandestinos ou irregulares. Às vezes é só o problema. Se tiver errado, a Câmara também vai corrigir, é só fazer uma consulta na Secretaria de Habitação se o loteamento é regular, ele tem de ser “desgrafado”.

Com relação à terra indígena, a Prefeitura não está defendendo um ou outro interesse. A gente se baseia exclusivamente na Lei. Terra indígena é regulamentada por Lei Federal, a gente não pode desconhecer. Em 29 de maio, houve uma Portaria Declaratória nº 581, do Ministro José Eduardo Cardozo, que reconhece ali como terra indígena. Se houve algum problema com a FUNAI ou não, a Prefeitura não tem como arbitrar. (Palmas)

Talvez, então, tenha de entrar na Justiça, no Supremo Tribunal Federal questionando, mas hoje essa Portaria Declaratória, do Ministro José Eduardo Cardozo, já permite sim que seja demarcado e a forma como a Prefeitura reconheceu – estamos fazendo essa discussão inclusive em Parelheiros – não tem problema marcar como terra indígena, mas terra indígena não é zoneamento. O zoneamento que a Prefeitura discutiu para terra indígena é ZEPAM. Se vocês querem e a Câmara concordar, para nós não tem problema nenhum.

Em relação aos parques, a mesma coisa. Parque não é zoneamento. Parque reconhecido ou é ZEP ou ZEPAM. Todos os parques do Plano Diretor estão colocados como ZEP ou ZEPAM. Se não estão, teria de corrigir. No Morro Doce, algumas áreas que estão grafadas como ZEPAM, Mas lembrando que, para regularização fundiária, precisa existir terreno para destinar como área verde institucional. Então, às vezes, isso também é um arranjo. Eu conheço um pouco essa área e esse processo já passou muitas vezes e também não vemos problema nenhum de estar corrigindo, reconhecendo que existe, mas tem de ter, sim, área verde, e o que o Vereador está colocando é zona mistal ambiental.

Não é uma invenção do PL, isso já vem do Plano Diretor, porque esse é o limite da

Macrozona de Proteção Ambiental. Tudo que está dentro da Macrozona de Proteção Ambiental tem de ter esse 'azinho', indicando zona mista ambiental. E isso é uma discussão a ser enfrentada pela Câmara se mexe ou não no limite da macrozona. Mas não é isso que está sendo discutido na lei de zoneamento. Se não mexer no limite da macrozona, ela tem de continuar, sim, como zona mista ambiental.

E às Etec's, também estamos abertos, e, como o Vereador colocou, precisa realmente consultar e atualizar, pois isso é super dinâmico e se houver uma nova portaria, acho que a Câmara pode recepcionar as Etec's.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não é porque vem do Executivo que nós aceitamos e, quero repetir, que vai ficar como está. O projeto está na Câmara, a responsabilidade é do Legislativo através da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Quero também explicar que esses instrumentos de lei, vejam, como é que funcionava? As pessoas compravam uma gleba, dividiam em lotes – e acompanhei diversos processos como esse, pois sou do movimento popular também – e, daí, as pessoas faziam seus lotes e, depois, a Prefeitura ia e começava a levar as benfeitorias. Só que o erro da Prefeitura, que vem ao longo dos anos, é que previa uma rua de dez ou 12 metros e ela, para economizar asfalto, asfaltava apenas 3 metros. E seus proprietários, automaticamente, invadiam um pedaço e, hoje, na maioria dos bairros, as ruas são de três, quatro e até dois metros. Então a maioria das ruas virou viela. A realidade é essa.

Então esses lotes, até então, não poderiam ser regularizados. Daí o Ministério Público intervia, abria processo crime contra o dono das terras e também abria processo contra as pessoas que estavam morando. Não existia um instrumento jurídico para legalizar, quer fossem áreas municipais, quer fossem áreas particulares. Hoje, já não, tem instrumento.

E na zona mista de interesse social, o problema é o comércio. Mas está sendo regularizado. Então não vai ser tirado nenhum comércio. Zona mista também tem comércio

local.

Portanto, essas duas questões estamos acompanhando e estamos muito preocupados. Eu estou no meu 6º mandato e o Paulo, em seu 5º mandato, cada Vereador tem seus mandatos e conhece a Cidade de São Paulo, vejam, e não é porque o Vereador não está aqui que não conhece Perus e Pirituba, por exemplo. Todos os Vereadores de São Paulo legislam pela Cidade e não apenas por um bairro. Assim, ele trabalha pela Cidade de São Paulo. É engano que os 55 Vereadores não conheçam Perus.

É muito engano daqueles que pensam, ou estão representando algum Vereador, que acha que ninguém conhece Perus. Ao contrário, conhece a Cidade, sim. E, se não conhecesse, ele não estaria cumprindo o dever parlamentar dele. Então, todos conhecem. Claro que tem aquele que direciona mais sua atenção a alguma área, que está sempre presente e que eu respeito muito. E também todos vocês têm de dar apoio mesmo a esses Vereadores que estão sempre presentes.

Agora, um ou outro vem misturando a questão política com o plano de zoneamento. O plano de zoneamento é da Cidade de São Paulo. Aqui não tem partido, mesmo porque na comissão temos um Vereador de cada partido, participando das atividades. E todos os sete Vereadores dos partidos maiores estão participando do projeto de lei do zoneamento, e estão incumbidos de, inclusive, com a anuência e a participação efetiva dos outros Vereadores de elaborar esse projeto.

É por isso – quero repetir – que estamos fazendo 47 audiências públicas. Afinal, temos responsabilidades, principalmente com a periferia de São Paulo. Nós somos originários da periferia de São Paulo e, portanto, temos esse compromisso, acima de tudo.

Por isso que nenhum deles, principalmente os mais ligados à periferia, aceitou que fosse feita apenas cinco ou oito audiências públicas e, logo em seguida, colocá-lo em votação.

Então os bairros irregulares, hoje, possuem instrumento. Aqueles que, em área particular, claro que, depois, vai ser contatado o proprietário à maneira correta.

Eu acho, particularmente, que a Prefeitura deveria – e eu trabalho muito em cima disso, como todos os Vereadores –, com esses bairros adensados, chamar para si a responsabilidade, legalizar a terra que é o lote urbanizado, um dos primeiros projetos meus na Câmara Municipal – justamente o lote urbanizado – para resolver o problema da terra em São Paulo. Naquela oportunidade, infelizmente, não tive êxito com o projeto.

Quero passar a palavra ao nobre Relator, ele que condensou tudo, para poder fazer uma apresentação do que foi falado. Por favor, nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Bom, quero, primeiro, cumprimentar todos os presentes e que estão aqui exercendo seu papel de cidadão. É uma beleza esse contato com vocês. Muito obrigado. É muito importante a contribuição de vocês. Aliás, hoje, recebemos contribuições preciosíssimas aqui. Muito pertinentes e saibam: todas serão examinadas uma a uma. Vocês receberam o protocolo eletrônico das contribuições, há um número, e todos vocês receberão respostas. Não vamos deixar nenhum desses casos esquecidos.

E, outra situação, não é competência da Lei de Zoneamento que são as questões de viadutos, córregos etc., que não temos como tratar na lei. Mas também não ficará escrito e esquecido, pois vamos encaminhar à Comissão de Política Urbana para que aprove um requerimento de encaminhamento para cada Subprefeitura e também para indicação ao Sr. Prefeito para, assim, depois, possamos ter algum acompanhamento a respeito.

Mas o que me chamou a atenção aqui, diferentemente de outros lugares, não foi questionada a mobilidade urbana. Não foi questionada, por exemplo, a dificuldade de se chegar a Perus. E também da dificuldade de sair de Perus. A única saída, hoje, fácil, é trem. Mas ele também, hoje, deixa muito a desejar.

A Cidade de São Paulo tinha um plano de mobilidade, junto ao plano de mobilidade urbana da região metropolitana e, no ano que vem, tínhamos de ter 148 quilômetros de Metrô já funcionando. Temos, hoje, 78 quilômetros de Metrô. Só isso.

E aí, nobre Vereador José Police Neto, V.Exa. que gosta de números, andei

fazendo estudos sobre animais. E é bastante interessante. Levantando a velocidade com que acontecem algumas situações com a velocidade do Metrô. (Pausa) Mostro em seguida.

A nossa preocupação é que não tem transporte de qualidade aqui, temos apenas a linha de trem, e ela já indo para seus duzentos anos. Primeira vez que tivemos uma estação de trem construída na Cidade de São Paulo foi aqui. Mas ela não está, hoje, inclusive, nem na área de tombamento, na lei de zoneamento, nas Zepecs, está apenas a Cimento Portland e vamos buscar corrigir isso. Sabemos que ela tem já um tombamento assegurado, garantido e isso já é bastante claro. Então, outro tombamento é muito importante. Há algumas situações que foram colocadas e algumas contribuições muito importantes. Com relação à posição do Metrô, vai ficar aqui uma crítica que não quero deixar de fazer. Primeiro, os corredores de ônibus não estão chegando na velocidade que nós queríamos e isso atrapalha muito a vida de vocês. O tempo para buscar o emprego na Cidade é muito grande e isso traz um sofrimento humano muito grande. O trem, nós sabemos como ele sai cheio e volta cheio. O Metrô não tem a menor perspectiva de chegar aqui. Se alguém falar que vai chegar, está mentindo. Nós examinamos o trabalho do Jabuti, o Jabuti anda 270 metros por hora; o bicho preguiça, 120 metros por hora; o caramujo, 45 metros por hora. Mas poderíamos dizer que estamos falando de bichos rápidos, mas a lesma anda 9,9 metros por hora e os metrôs entregues até agora construídos foram 22 centímetros por hora. Portanto, a lesma está dando um baile na construção de metrôs em São Paulo. Não é estudo de engenheiro, é estudo de médico, mas, se você levar em consideração a velocidade da lesma e a da construção, guardadas as devidas proporções... Falo isso porque ano que vem há a eleição e daqui a pouco vai aparecer um papagaio aqui dizendo que o Metrô vem para cá.

Olhamos no Plano e a lei tem muito claro quando é que chega a situação de transporte aqui. Até 2025 não tem nada para cá. Está escrito na lei. Portanto, não tem nada, até lá, para transporte nesta região. Os eixos de transporte que estão sendo construídos e que vão passar lá, ao lado da Marginal etc., esses todos não chegarão aqui antes de 2025,

portanto, até lá, em que temos o alcance dos projetos que estão prontos, não há nada.

Mas fico feliz de ver algumas manifestações que foram muito interessantes, deram uma contribuição muito boa, e vamos ver com muito carinho. Realmente essas áreas de intervenções paisagísticas nós precisamos olhar com muito carinho. Vamos seguir aquilo que está no Plano Diretor Estratégico. Nada que seja menos restritivo nós vamos impor em algumas regiões. O Plano Diretor tem isso no artigo 27, está muito claro entre as metas dele. Mas, com relação à preocupação com o pessoal da indústria, de surgir alguma indústria que possa ser poluente e contaminar, vamos oferecer para o Executivo uma tabela nova, que é o Código Nacional de Atividade Econômica e, se Deus quiser, será incorporado à lei para que possamos saber exatamente o que é que vai estar do lado e não como está no conceito qual é a atividade.

Nós estivemos na Fiesp, já conversamos com eles, e só para vocês terem uma ideia, o Código Nacional de Atividade Econômica tem algumas atividades industriais que desconhecem e vamos ter de encontrar inclusive isso. Mas, com certeza, não será permitido aqui, nessa área tão frágil, do ponto de vista do meio ambiente, indústrias que sejam poluentes e impactantes para o meio ambiente. No Código, com certeza, vamos poder também corrigir isso e deixar bem seguro.

A Câmara Municipal tem uma Comissão de Finanças muito atuante, tem uma Comissão de Política Urbana com muita atuação e Administração Pública e todos nós vamos construir por lá essa tabela para vocês terem segurança.

A situação que foi falada pelo João Edson, com relação à fiscalização, é muito interessante. Resume muito bem a discussão da fiscalização na área do meio ambiente. Em 2005 o Governo fez um convênio Município e Estado e passou a fiscalizar as áreas verdes, principalmente na zona Sul, na região de APAS Capivari-Monos, em conjunto, e as ações foram muito interessantes. Houve uma redução muito grande das invasões e tudo aquilo que acontecia no meio ambiente. Esse convênio foi encerrado, então, nem Município, nem Estado

estão fiscalizando o que deveria ser fiscalizado nas áreas verdes. Esse projeto era exatamente a operação, defesa das águas, é muito importante. E há uma informação do Executivo de que esse convênio está tramitando para que possa fazer. Vamos levar essa cobrança, para que a Câmara Municipal de São Paulo acelere esse processo junto ao Executivo. Precisamos de ação do Executivo, estadual, municipal e federal, porque tem muito a ver com a Lei de Crimes Ambientais para que não possamos perder aí o nosso resto de verde.

A fiscalização como foi colocada aqui, inclusive pelo Deusdete, ela seria muito importante que fosse pedagógica. A Subprefeitura tem esse papel de trabalhar pedagogicamente junto a vocês para que a pessoa não coloque ali uma atividade que não seja permitida. Com a Lei de Zoneamento simplificada, vai ficar muito mais fácil. A discussão das zonas mistas, e foi colocada aqui, é muito interessante, porque temos uma predominância de território misto da Cidade. É o mapa que predomina aquele cinza. Ele está em todas as subprefeituras. E aqui também não pode ser diferente. Mas precisamos gerar emprego aqui. O grande desafio da região é que o emprego fique aqui e não saia daqui.

A discussão da zona não residencial, na Estrada do Café, vamos ver pessoalmente. Transformação de ZEPAM para a zona Mista, estamos indo ao contrário que o Plano Diretor determinou, quando temos de tratar uma zona ZEPAM e transformar em zona Mista, outra zona que agrida mais o Meio Ambiente, temos de ter uma sustentação técnica muito grande, muito importante. Porque temos uma vigilância muito grande dessas áreas e não podemos colidir com, daqui a pouco, com ações do Ministério Público contra essas situações. Precisamos examinar caso a caso.

Uma grande situação que surgiu aqui e curiosa, que é a discussão de ZEPAM com ZEPDS, que são zonas importantes porque permite atividades extrativistas, atividades de turismo local, pedreiras, hotéis, tudo isso é importante porque gera economia local. Assim, como aqui, o nobre vereador Gilson Barreto, estava presente e o nobre Vereador Ricardo Nunes, em Parelheiros, a discussão foi, então o pessoal tinha de estar formando aqui também

para desenvolver atividades agrícolas, inclusive agricultura familiar que hoje é extremamente importante. O Caderno Estadão tem dado um foco muito grande na importância da economia dos municípios na área urbana com relação a isso. O jovem de hoje não quer formar em nada que esteja envolvida com atividade rural. Ele quer ir para a área urbana e quer se formar em outras atividades. Então por exemplo, agrônomo é difícil formar agrônomo em zona urbana aqui. Quantas escolas de agronomia têm na Cidade de São Paulo, no Município de São Paulo? Onde estão?

Foi colocado muito aqui a situação da regularização fundiária, precisamos ser justos também. O Município tinha 140 quilômetros quadrados demarcados em ZEIS 1. No Plano Diretor Estratégico, para chegar a Lei de Zoneamento, 10% de tudo isso, ou seja, mais de 14 quilômetros quadrados vem como zona Mista de Interesse Social ou só como Zona Mista, ou seja, regularização fundiária aconteceu. O Sr. Prefeito entregou há duas semanas atrás mais 2.500 títulos de regularização fundiária no Corinthians e tivemos com o Secretário Floriano, essa semana, tem mais dez mil encaminhando. Vamos fazer um esforço muito grande com aqueles que atuam aqui, para que possamos na Lei de Zoneamento, ainda até dezembro, se Deus quiser, conseguir aprovar essa Lei, possamos transformar essas zonas em zona Mistas de Interesse Social. Mistas se tiver a regularização fundiária acontecendo.

Alguns pedidos de ZEIS, área Badra, ZEIS com ZEPAM, da Vila Fanton, todos esses vamos estudar pessoalmente. A busca por zona de centralidade ZEIS, é muito importante porque o comércio fica reconhecido, e é importante que demarquemos nesse momento.

Com relação às ZEPEIS, temos de ter muito cuidado. Precisamos tratar a indústria com muito carinho. Ela é uma grande geradora de trabalho, renda, emprego. Nas zonas ZEPEIS tivemos 2,44% do mapa em zona industrial. Esses 2,44% de indústria geram 4.85% dos empregos de São Paulo. Então em um território que na Cidade toda é muito pequeno, ele gera quase 5% de todos os empregos da Cidade. E são empregos com qualificação na grande

maioria das vezes e empregos com um a faixa salarial de média para cima. Não é só emprego de baixa faixa salarial. Isso é muito importante, portanto essas zonas serão tratadas com carinho.

O risco de colisão com áreas que tem chácaras nós vamos ver pessoalmente. Esse assunto é tratado com sensibilidade, com os Vereadores da região e as pessoas que estão indo lá. Vamos cuidar, o Município tratou no sentido de buscar colocar as zonas dentro de polos para que não ficasse tudo pulverizado no Município. Aí é o contrário, se ela é mais restritiva predomina e estaríamos no caminho certo, o que não podemos é tirar o espaço da indústria. Mas pelo que soube não é bem isso, e vamos cuidar e vamos observar isso com muito carinho lá.

Enfim, a discussão que envolve esse projeto, envolve todo o esforço que vamos tratar daqui para frente, para que essa Lei possa ser aprovada ainda esse ano, até o final do ano. Ano que vem, ano político a situação fica mais difícil e São Paulo não tem mais o que produzir pela lei de 2004, em que pese ter sido muito importante para a Cidade, ela esgotou a capacidade de planejamento das áreas e precisamos encontrar agora caminhos para poder tratar esse assunto dentro do processo de desenvolvimento econômico e de aquecimento econômico e tratar agora diante de um quadro de recessão que estamos nos próximos dois ou três anos. O que fazer, o que pode a Lei de Zoneamento contribuir para que possamos, ainda ter a oportunidade de construir ampliar a indústria, facilitar a vida daqueles que são empreendedores na região de Perus.

Agradeço a figura do Subprefeito, Roberto Massa. Conheço Massa há muito tempo e ele tem uma característica: trabalha com a porta aberta e com uma garrafa de café e os copinhos ao lado, para atender todos. Era assim quando o conheci em Ermelino Matarazzo, era assim quando o conheci em outras jornadas de trabalho que ele teve para a Cidade de São Paulo. Pessoa competente. Tem sensibilidade e isso facilita muito a relação dos senhores. Portanto, o fato de ter um prefeito muito mais para caipira do que para arrogante, com certeza

absoluta facilita muito essa relação dos senhores com a subprefeitura. Estamos falando com muito carinho porque temos ficado muito triste de estar indo nas subprefeituras aos sábados e não encontrar os subprefeitos, supervisor de uso, encontrar ninguém da Prefeitura do Município de São Paulo, ninguém da fiscalização. Isso demonstra que a pessoa não tem nenhum comprometimento com nada, nem com o cargo. Portanto estamos cobrando isso e estamos relatando isso ao governo. É muito ruim quando a subprefeitura não se envolve com os problemas locais. Afinal de contas a descentralização foi feita para isso.

Muito obrigado. Obrigado, pelo carinho, pela atenção e cumprimentar, mais uma vez o nosso Presidente Gilson Barreto e Toninho Vespoli, quero dizer o Sr. Presidente, tem sido um democrata na condução desse processo, ou seja, as pessoas estão falando seus três, não são três, só. Vocês tem aberto o canal da Câmara Municipal de São Paulo. Quem entrar no site da Câmara Municipal de São Paulo, hoje, clica Lei de Zoneamento, ficou mais fácil entrar agora. Você vai encontrar exatamente uma planilha que você pode preencher coloca tudo que quiser e ficou até mais fácil o acesso. Embora tenha a Lei toda, ficou mais fácil vocês escreverem. Há dois dias foi criada essa transformação para facilitar mais ainda o acesso dos senhores a Câmara Municipal de São Paulo. Vinte e quatro horas do dia, vocês podem acessar e disponibilizar a informação de vocês.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Um convite para os senhores, no dia 31 de agosto, temos a temática na Câmara Municipal de São Paulo, zonas relacionadas as áreas residenciais e de corredores. Zonas Exclusivamente Residencial: ZER-1, ZER-2, ZER-A, e zona Predominantemente Residenciais: ZPR e Zonas Corredores: ZECOR-1, 2 e 3. Na Câmara Municipal de São Paulo, das 19 às 22 h. Todos estão convidados.

Nada mais havendo a tratar encerramos a presente audiência pública. Muito obrigado pela presença de todos!